

A DESINFORMAÇÃO SOBRE MEDICAMENTOS

W. FOLLADOR (USP)

Há tempos cita-se a idéia de "selva terapêutica" representando a difícil tarefa de atravessar uma imensa floresta de conhecimentos e um mercado farmacêutico pantanoso para que um profissional de saúde possa exercer a farmacoterapia com qualidade.

As deficiências na formação universitária são notórias e dispensam argumentações.

Frete às rápidas mudanças na farmacologia, no receituário e nos conhecimentos sobre o organismo e doenças, existe uma constante necessidade de atualização e da busca de informações corretas que possam dar orientação àqueles que buscam o melhor e mais racional uso de medicamentos.

Na Farmacologia, as principais referências utilizadas são as **Farmacopéias**, os **livros-texto** e as **publicações em periódicos**. Entre nossos profissionais de saúde (Médicos, Farmacêuticos e outros) um aspecto frequentemente encontrado é que os mesmos baseiam-se amíúde nas informações passadas por seus professores, preceptores ou colegas, e ainda em bulas, coletâneas e material publicitário oriundo das indústrias farmacêuticas.

Apenas uma pequena parcela destes profissionais têm acesso apreciável a uma literatura isenta e completa a respeito de fármacos. O custo para a formação e manutenção de uma boa biblioteca se tornou uma limitação imposta pelas baixas condições salariais, e a pesquisa em bibliotecas é dificultada pelo pequeno número destas e a própria desatualização das mesmas, sem contar com a exaustão a qual estes profissionais estão submetidos pelo necessário acúmulo de empregos.

A resultante deste processo é um grande número de profissionais de saúde defasado, equivocados e irracional em relação ao uso de medicamentos.

Como se este contexto já não se apresentasse ruim o suficiente, a informação disponível sobre medicamentos no Brasil pode ser classificada como, no mínimo, **confusa**. Não se tem sequer um consenso no que tange à quantidade de especialidades farmacêuticas à venda. Alguns críticos filam em 25 a 30 mil, enquanto que representantes da indústria farmacêutica, alegam haver apenas cerca de 14 mil. Quando, em 1985, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária elaborou o primeiro (e único) cadastro nacional de medicamentos, o número total encontrado foi de 48.000 especialidades farmacêuticas registradas em todo o território nacional.

Podemos, ainda, encontrar nos balcões das farmácias, drogarias e diversos outros estabelecimentos (bares, padarias, supermercados etc.) alguns produtos farmacêuticos que não estão liberados para comercialização.

Finalmente, completando este quadro com um aspecto assustador, existe um aberto e abundante comércio de "ertas", "garnifadas" e similares nas praças públicas, sem que ninguém fiscalize tal comércio.

A ausência de dados e de fiscalização põe em sérias dúvidas a efetividade, a inocuidade e a autenticidade de muitos produtos que vêm sendo largamente consumidos pela população leiga, em particular nos segmentos mais carentes onde o atendimento sanitário é mais precário.

Há uma imensa dificuldade em se aferir a validade (em termos de registro legal, composição, características etc.) de qualquer produto à

venda, já que não se dispõe de um catálogo ou qualquer tipo de publicação oficial sobre os medicamentos autorizados para comercialização no mercado farmacêutico. Entre a literatura disponível, temos livros textos que não abrangem toda a gama de fármacos existentes e as fontes que estão mais à mão - como por exemplo o Dicionário de Especialidades Farmacêuticas - além de incompletas, representam uma coletânea de informações provenientes dos próprios fabricantes, não sendo possível considerá-las como informações completas e, sobretudo, isentas.

Se não somos capazes de chegar sequer a um consenso sobre a quantidade de especialidades existentes na praça, o que dizer a respeito da qualidade? Vem se realizando, há muito, a manutenção de um estado de quase completa anarquia. Diversas especialidades são formuladas com princípios ativos cujos nomes genéricos não são encontrados em nenhuma referência; muitas bulas transmitem informações exageradas (em relação aos benefícios) e omissas (em relação aos malefícios); e, finalmente, enfrentam-se grandes dificuldades quando se deseja conferir a autenticidade de uma formulação, pela falta de laboratórios de controle oficiais.

A manutenção desta situação vem ferindo a credibilidade do sistema sanitário brasileiro em relação ao mercado farmacêutico. Fica clara a ausência de uma política governamental para o setor, e mesmo a omissão das entidades que se propõem à defesa da saúde pública.

O Farmacêutico, que se propõe a ser o profissional de saúde ligado ao desenvolvimento e uso de medicamentos, necessita despertar para este problema grave.